Concursos · Direito Administrativo · Simulado

Data: ____/____/_____

Nome: _____ Nº: _____

Marque as respostas na folha-resposta, preenchendo toda a bolinha com caneta preta ou azul escura. 10 questões · vale 10,0.

Questão 1

Julgue o item. A Constituição Federal impõe à administração pública direta e indireta de todos os entes federativos os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e este último foi incluído por emenda constitucional, pois não constava da redação original de 1988.

(C) Certo
(E) Errado

Questão autoral. Aprendendo Junto (Centro de Estudos Imaizumi), 2026.

Questão 2

Um município pretende criar uma autarquia para gerir o trânsito e instituir uma empresa pública de processamento de dados. De acordo com o art. 37, XIX, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

(A) As duas entidades podem ser criadas diretamente por decreto do prefeito, dispensada a edição de lei.
(B) A autarquia depende de lei específica que apenas autorize sua instituição, e a empresa pública é criada diretamente pela lei.
(C) A autarquia é criada por lei específica, e a empresa pública tem sua instituição autorizada por lei específica.
(D) As duas entidades são criadas diretamente por lei complementar, que também define suas áreas de atuação.
(E) Só a empresa pública depende de lei específica, porque a autarquia integra a administração direta.

Questão autoral. Aprendendo Junto (Centro de Estudos Imaizumi), 2026.

Questão 3

Julgue o item, com base na Lei 9.784/1999. Constatada ilegalidade em um ato administrativo, a administração pode anulá-lo; já diante de um ato válido que se tornou inconveniente ou inoportuno, ela deve revogá-lo, respeitados os direitos adquiridos.

(C) Certo
(E) Errado

Questão autoral. Aprendendo Junto (Centro de Estudos Imaizumi), 2026.

Questão 4

Julgue o item. A prefeitura que multa um bar por funcionar fora do horário permitido exerce poder de polícia, e esse exercício é regular, segundo o Código Tributário Nacional, quando feito pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, sendo a atividade discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

(C) Certo
(E) Errado

Questão autoral. Aprendendo Junto (Centro de Estudos Imaizumi), 2026.

Questão 5

Ana foi aprovada em concurso e nomeada para cargo efetivo em uma autarquia federal. Sobre os prazos de posse e de exercício previstos na Lei 8.112/1990, assinale a alternativa correta.

(A) A posse deve ocorrer em até 15 dias da publicação do ato de provimento, e o exercício em até 30 dias da posse.
(B) A posse deve ocorrer em até 30 dias da publicação do ato de provimento, e o exercício em até 30 dias da posse.
(C) A posse deve ocorrer em até 30 dias úteis da publicação do ato de provimento, e o exercício em até 15 dias úteis da posse.
(D) A posse deve ocorrer em até 30 dias da publicação do ato de provimento, e o exercício em até 15 dias contados da posse.
(E) Se Ana tomar posse e não entrar em exercício no prazo legal, o prazo de exercício será prorrogado por igual período.

Questão autoral. Aprendendo Junto (Centro de Estudos Imaizumi), 2026.

Questão 6

Um candidato estudou por uma apostila antiga e anotou as modalidades de licitação. De acordo com o art. 28 da Lei 14.133/2021, assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma modalidade de licitação prevista na lei.

(A) Pregão.
(B) Concorrência.
(C) Diálogo competitivo.
(D) Leilão.
(E) Tomada de preços.

Questão autoral. Aprendendo Junto (Centro de Estudos Imaizumi), 2026.

Questão 7

Julgue o item. Após a reforma feita pela Lei 14.230/2021, o servidor que, por negligência grave, dá causa a perda patrimonial do órgão em que trabalha comete ato de improbidade que causa lesão ao erário, pois o art. 10 da Lei 8.429/1992 continua a admitir a modalidade culposa.

(C) Certo
(E) Errado

Questão autoral. Aprendendo Junto (Centro de Estudos Imaizumi), 2026.

Questão 8

Um servidor federal recebeu decisão desfavorável em processo administrativo regido pela Lei 9.784/1999. Não havendo disposição legal específica em sentido diverso, assinale a alternativa correta sobre os prazos previstos nessa lei.

(A) O recurso deve ser interposto em até 5 dias, e a autoridade que proferiu a decisão tem 10 dias para reconsiderá-la.
(B) Concluída a instrução, a administração tem até 60 dias para decidir, vedada qualquer prorrogação.
(C) O recurso deve ser interposto em 10 dias da ciência ou divulgação oficial da decisão, e a autoridade que decidiu, se não a reconsiderar em 5 dias, encaminha-o à autoridade superior.
(D) Os atos do processo devem ser praticados em 10 dias, prorrogáveis por igual período independentemente de justificação.
(E) O recurso administrativo tramita por, no máximo, duas instâncias administrativas.

Questão autoral. Aprendendo Junto (Centro de Estudos Imaizumi), 2026.

Questão 9

Julgue o item. Uma concessionária privada de transporte coletivo municipal responde, nos termos do art. 37, §6º, da Constituição Federal, pelos danos que seus motoristas, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o motorista nos casos de dolo ou culpa.

(C) Certo
(E) Errado

Questão autoral. Aprendendo Junto (Centro de Estudos Imaizumi), 2026.

Questão 10

Um cidadão pede à prefeitura cópia dos contratos de fornecimento de merenda escolar, e a informação não está disponível para acesso imediato. De acordo com a Lei 12.527/2011, assinale a alternativa correta.

(A) O órgão pode exigir que o cidadão explique para que quer a informação antes de começar a contar o prazo de resposta.
(B) O prazo de resposta é de 30 dias, prorrogável por mais 30 dias.
(C) O prazo é de 20 dias úteis, prorrogável por mais 10 dias úteis, dispensada qualquer justificativa.
(D) O prazo não pode passar de 20 dias, prorrogável por mais 10 dias mediante justificativa expressa, da qual o requerente será cientificado.
(E) Por envolver contratos, a informação é automaticamente classificada como reservada pelo prazo de 5 anos.

Questão autoral. Aprendendo Junto (Centro de Estudos Imaizumi), 2026.